

Grupo Informal de História Medieval
Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal
www.gihmedieval.com

Incipit 7

Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2018

COORDENADORES

André Silva

CITCEM – Universidade do Porto

CIDEHUS – Universidade de Évora

Carlos Teixeira

CITCEM – Universidade do Porto

Francesco Renzi

CITCEM – Universidade do Porto

João Martins Ferreira

CEPESE – Universidade do Porto

Leandro Ferreira

CEPESE – Universidade do Porto

Mariana Leite

Instituto de Filosofia – Universidade do Porto

Porto, 2019

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

ISBN: 978-989-8969-13-2

Apoio:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

U. PORTO

F

Instituto de Filosofia



 **AEFLUP**

Ficha técnica

Título: Incipit 7. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2018

Coordenadores: André Silva, Carlos Teixeira, Francesco Renzi, João Martins Ferreira, Leandro Ferreira, Mariana Leite

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2019

ISBN: 978-989-8969-13-2

Capa: Silvana Sousa

Composição e paginação: André Silva

Grupo Informal de História Medieval

Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

**O estudo de um corpo militar: os espingardeiros (c.1437- 1518)
Metodologias, abordagens e hipóteses de um projeto de dissertação
de mestrado¹**

*Pedro Filipe Fernandes Sebastião
Universidade de Coimbra*

Resumo:

Este artigo visa apresentar os principais dados de um projeto de dissertação que tem por objeto de estudo um corpo militar português: os espingardeiros. Este corpo surgiu no século XV, num contexto em que a arte militar europeia se abria às inovações da pirobalística, e se caracterizava por usar, em combate, armas de fogo portáteis, ou seja, passíveis de serem manejadas por um só combatente – quer fossem estas colobretas, quer fossem espingardas. Ainda que as primeiras referências (campanha de Tânger em 1437) denunciem a presença de um corpo modesto, de um ponto de vista numérico, este rapidamente cresceu em número e importância, a notar pelas cerca de 400 cartas de privilégio, dedicadas a estes combatentes, na Chancelaria de D. João II. Quanto à organização interna destacamos as similitudes do corpo de espingardeiros com o de besteiros do conto, estando estes últimos implantado no território desde 1299, e ainda a existência, entre as duas milícias, de uma atuação militar conjunta, notada nas fontes cronísticas.

Palavras-chave:

Espingardeiros, armas de fogo portáteis, besteiros do conto, D. João II

Abstract:

This article aims to present a Master Thesis project which intends to understand a Portuguese military corp: «os espingardeiros» (handgunners). This corp was created in the fifteenth century, in a firearms widespread context in the European armies, and their members were characterized by the use of portable firearms in combat (weapons that could be handled by a single combatant, such as «colobretas» or rifles). Although the first references, from the Tangiers' campaign in 1437, have denounced the presence of corps which were not significant in a numerical perspective, they quickly have grown both in number and importance if we analyse the approximately 400 «cartas de privilégio» (privilege letters) dedicated to these soldiers in the Chancellery of D. João II. Regarding the internal organization of the militia, we highlight the similarities of the «espingardeiros» (handgunners) with the «besteiros do conto» (crossbowmen). Although the latter has been implanted in the territory since 1299, we can spot a joint military performance, noted in the chronological sources, between the two militias.

Key-Words:

Handgunners, Portable firearms, crossbowmen, King João II

¹ O artigo aqui apresentado diz respeito ao texto da comunicação realizada no contexto do X Workshop de Estudos Medievais (WEM) quando a investigação sobre o tema, entretanto concluída, se encontrava ainda em curso. No sentido de preservar a essência do WEM, que está associado a um carácter eminentemente pedagógico, optei por manter o texto original da comunicação, apresentando as principais modificações às hipóteses/metodologias originais em nota de rodapé; nestas notas foram também realçados os contributos da discussão científica resultante do Workshop para o resultado final. A minha dissertação *Os espingardeiros. Um novo corpo militar nos alvares da modernidade (1437-1495)*, orientada pelo Doutor João Gouveia Monteiro, foi apresentada em 29 de outubro de 2018 e encontra-se disponível em acesso livre em https://www.academia.edu/37794812/Os_espingardeiros._Um_novo_corpo_militar_nos_alvores_da_modernidade_1437-1495_.pdf.

1 – TEMA, PROBLEMAS, OBJETIVOS, CRONOLOGIA E ESPAÇO

No âmbito da dissertação que estamos a desenvolver, que tem como título, “Os Espingardeiros – um novo corpo militar no alvor da modernidade (c. 1437-1518)”, procuramos analisar a importância do surgimento deste corpo militar na hoste portuguesa. Teremos em conta o contexto político-militar do reino, bem como a conjuntura internacional, no sentido de perceber melhor esta introdução e as principais novidades que daqui surgiram. Perceber esta modificação é relevante, especialmente se tivermos em conta que, do ponto de vista da História Militar, a transição da medievalidade para a modernidade ficou marcada pelo surgimento da pirobalística, juntamente com o aumento do tamanho dos exércitos e da duração das campanhas.

Na pirobalística, ou seja, no uso de armas de fogo, tendo em conta a dimensão destas armas, é possível identificar duas grandes vertentes: a artilharia, que concerne ao uso de armas pesadas (bombardas e trons), e as armas portáteis ligeiras. Esta comunicação centra-se na utilização das segundas. Os nossos objetivos para o estudo da milícia dos espingardeiros prendem-se, por um lado, com a análise da sua importância nos cenários militares tanto ibéricos, como norte-africanos. Por outro lado, procuramos conhecer melhor a organização interna desta milícia, norteando a investigação no sentido de descortinar a sua origem geográfica e social, as cadeias de comando, o recrutamento e o número de efetivos.

A baliza cronológica que marca o início deste estudo diz respeito a 1437, data da campanha de Tânger, sob o comando do infante D. Henrique, na qual surgem as primeiras referências cronísticas a espingardeiros. Como data limite do nosso estudo propomos o ano de 1518, data em que foi emitido o Regimento dos Espingardeiros, já no século XVI.¹

Do ponto de vista do espaço geográfico, cingimos a nossa análise ao reino português. Ainda assim, tal não nos impede de estabelecer, ocasionalmente, comparações com o desenvolvimento dos corpos de espingardeiros, quer no reino castelhano, quer no reino de Fez, por se tratarem de realidades políticas nas quais Portugal interveio militarmente com frequência na cronologia estudada.

Do ponto de vista documental, o principal problema que nos surge é a ausência de transcrição das Chancelarias de D. Afonso, de D. João II e de D. Manuel, bem como das Cortes realizadas nos dois primeiros reinados. Ainda que tenhamos recorrido a algumas metodologias para preencher este “vazio” documental, consideramos que, apenas com as transcrições na íntegra destas Chancelarias, poder-se-ia ter uma visão mais abrangente da realidade social desta milícia.

2 – ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

Numa abordagem geral da hoste régia portuguesa para o século XV destaca-se a obra de João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*,² pela sua análise inovadora e abrangente do panorama bélico português entre Aljubarrota

¹ Uma das alterações estruturais realizadas na proposta original, e que resultou de uma recomendação dada pelo Doutor Miguel Gomes Martins, que comentou a minha comunicação no X WEM, foi a redução do período cronológico em análise. A inserção de uma parte substancial do reinado manuelino revelou-se inviável pelo facto de o acréscimo de fontes, quer cronísticas, quer narrativas – pensando apenas na Chancelaria de D. Manuel e nas crónicas relativas à presença portuguesa no Índico – ser demasiado ambicioso para o limite temporal imposto a uma dissertação de mestrado. Contudo, apesar de na dissertação impormos como data limite o final do reinado de D. João II (1495), utilizámos elementos recolhidos para lá dessa delimitação, dos quais é exemplo o Regimento manuelino dos espingardeiros (1518) e as Cortes de Lisboa (1498).

² João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998).

(1385) e Alfarrobeira (1449). Refere-se também, neste aspeto, ainda que de carácter mais sumário, o artigo de Humberto Baquero Moreno, “A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV”,¹ que se foca, também na primeira metade do século. Para a perceção dos besteiros do conto, milícia com a qual podem ser estabelecidas múltiplas comparações com os espingardeiros, referimos a recente dissertação de mestrado, *De homens comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1383-1438)*,² realizada por Leandro Ferreira.

Do ponto de vista dos elementos técnicos das armas de fogo ligeiras (colobreta e espingarda de mecha) evidenciamos a obra de Paulo Jorge Agostinho,³ que é importante no sentido de apontar as características e formas de funcionamento das armas de fogo ligeiras, bem como a sua evolução. Nuno Varela Rubim é também uma referência obrigatória nesta área, especialmente os seus artigos respeitantes ao armamento pirobalístico, na coletânea *Pera guerrejar*, e na obra *A arquitectura militar na expansão portuguesa*. Realçamos ainda o artigo *Sobre a possibilidade técnica do emprego de artilharia na batalha de Aljubarrota*, que é fundamental no sentido de entender a função original destas primeiras armas pirobalísticas.⁴

No que diz respeito ao enquadramento militar da milícia destacamos os estudos de caso relativos aos principais enfrentamentos em que a hoste régia portuguesa esteve envolvida nos séculos XV e XVI: para Tânger (1437), apontamos o capítulo de Luís Miguel Duarte, na *Nova História Militar de Portugal*;⁵ para a conquista de Alcácer-Ceguer, e a posterior ocupação portuguesa, é fundamental a obra de João Sérgio Cruz, *O castelo português de Alcácer Ceguer: transformações morfológicas nos sécs. XV e XVI*;⁶ para a tomada de Arzila destacamos a dissertação de Paulo Alexandre Dias, *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471*;⁷ no que diz respeito à Batalha de Toro, ver as dissertações de Marcelo Augusto de Encarnação e António Martins Costa.⁸ Por seu lado, o estudo de Fernando Pessanha, relativo às guarnições portuguesas no Norte de África,⁹ é especialmente significativo no sentido de perceber o uso de espingardeiros na defesa

¹ Humberto Baquero Moreno, “A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV”, in *Actas do I Colóquio ‘Para uma visão global da História Militar’* (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1992), 59-70. Ver ainda do mesmo autor, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico* (Coimbra, BGUC, 1980).

² Leandro Ribeiro Ferreira, “De homens comuns a força de elite: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1383-1438)” (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2015).

³ Paulo Jorge Agostinho, *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de quatrocentos*, (Coimbra: IUC, 2013).

⁴ Nuno Varela Rubim, “O armamento pirobalístico”, in *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português*, coord. Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro, 223-243 (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000); Nuno Varela Rubim, “A artilharia em Portugal na segunda metade do século XV”, in *A arquitectura militar na expansão portuguesa*, 17-26 (Lisboa: CNCDP, 1994); Nuno Varela Rubim, *Sobre a possibilidade técnica do emprego de artilharia na batalha de Aljubarrota* (Lisboa: Serviços Gráficos da Liga Portuguesa dos Combatentes, 1986).

⁵ Luís Miguel Duarte, “A Marinha de guerra. A pólvora. O Norte de África – A guerra em Marrocos. Aprender tudo de novo.”, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, coord. José Mattoso, vol.1, 289-441 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2003). Ver ainda a obra de Hugo Daniel Rocha Moreira, “A campanha militar de Tânger (1433-1437)” (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2009).

⁶ João Sérgio Cruz, “O castelo português de Alcácer Ceguer: transformações morfológicas nos sécs. XV e XVI” (Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, 2015).

⁷ Paulo Alexandre Dias, “A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471” (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2015)

⁸ Marcelo Augusto Encarnação, “A Batalha de Toro” (Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 2011); António Carlos Martins Costa, “A batalha de Toro e as relações entre Portugal e Castela: dimensões políticas e militares na segunda metade do século XV” (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2012).

⁹ Fernando Pessanha, “As Guarnições Militares nas Praças Portuguesas da Região da Duquela, no Algarve Dalém Mar” (Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve, 2012).

permanente das praças portuguesas, bem como a sua correlação com outros corpos militares.

A historiografia específica sobre espingardeiros é escassa. Reconhecemos o contributo prestado pela entrada de Gastão Mello de Matos no Dicionário de História de Portugal;¹ ainda que desatualizado e com alguns erros de análise, o autor levanta um conjunto de caminhos de investigação que se revelaram frutíferos. Aludimos ainda ao artigo sobre esta milícia, integrado no capítulo de Luís Miguel Duarte na Nova História Militar de Portugal, “A Marinha de guerra. A pólvora. O Norte de África”,² que nos fornece preciosas referências, não só quanto aos espingardeiros, mas também relativas às alterações na estrutura militar portuguesa (como o aparecimento da artilharia e das companhias de ginetes) na segunda metade do século XV. Mais recentemente, surgiu o artigo de João Gouveia Monteiro, “Crise(s) e renovação (1367-1495)” na História Militar de Portugal,³ com algumas considerações sobre esta milícia, e ainda uma perspetiva geral da adaptação da arte militar portuguesa às novas formas de guerra.

No que diz respeito à iconografia militar, e mais especificamente das representações de espingardeiros, destacamos a dissertação de Inês Meira Araújo, relativa às Tapeçarias de Pastrana,⁴ realizadas para celebrar a tomada de Arzila pelos portugueses; esta é uma obra especialmente importante, tendo em conta a relativa exiguidade de fontes iconográficas militares para este período.⁵

3 – FONTES

As fontes que utilizamos para este estudo são de dois tipos: as fontes narrativas na forma das crónicas quatrocentistas e as fontes diplomáticas, emanadas do poder central, na forma das Chancelarias, Cortes e Ordenações.

Quanto às fontes cronísticas, destacamos as crónicas de Rui de Pina relativas aos reinados de D. Duarte,⁶ D. Afonso V⁷ e D. João II;⁸ para este último reinado possuímos

¹ Gastão Mello de Matos, “Espingardeiros.”, in *Dicionário de História de Portugal*, coord. por Joel Serrão, 450-451 (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979-2000).

² Duarte, “A Marinha de guerra. A pólvora. O Norte de África”, 289-441.

³ João Gouveia Monteiro, “Crise(s) e renovação (1367-1495) – Portugal adapta-se às novas formas de guerra”, in *História Militar de Portugal* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2017).

⁴ Inês Filipa Meira Araújo, “As tapeçarias de Pastrana uma iconografia de guerra” (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 2012).

⁵ Realçamos que nesta fase da investigação faltava, quanto à bibliografia, o acesso a obras que fornecessem o enquadramento europeu da temática do desenvolvimento da pirotecnia e da sua influência na definição dos confrontos no século XV. Apontamos aqui apenas alguns dos títulos que foram cruciais para esse entendimento: Kenneth Chase, *Firearms. A Global History to 1700* (Cambridge: Cambridge University Press, 2003); Weston F. Cook, *The Hundred Years War for Morocco. Gunpowder and the Military Revolution in the Early Modern Muslim World* (Boulder: Westview, 1994); Robert Douglas Smith, “Artillery” e “Handguns”, in *The Oxford Encyclopedia of medieval warfare and military technology*, ed. Clifford J. Rogers, 81-87 e 234-236 (Oxford: University Press of Oxford, 2010).

⁶ Rui de Pina, “Crónica de El-rei Dom Duarte”, in *Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. Joaõ I, D. Duarte, D. Affonso V, e de D. Joaõ II*, ed. Jose Corrêa da Serra, (Lisboa: Academia Real das Ciências, 1790).

⁷ Rui de Pina, “Crónica de El-rei Dom Afonso V”, in *Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. Joaõ I, D. Duarte, D. Affonso V, e de D. Joaõ II*, ed. Jose Corrêa da Serra, (Lisboa: Academia Real das Ciências, 1790).

⁸ Rui de Pina, *Crónica de D. Joaõ II*, dir. Luís de Albuquerque, (Lisboa: Alfa, 1989).

ainda a crónica de Garcia de Resende.¹ É ainda de referir a crónica de Damião de Góis,² relativa ao reinado de D. Manuel I.³

Nas fontes diplomáticas destacamos a consulta, recentemente disponível, dos índices dos primeiros dez livros da Chancelaria de D. Afonso V,⁴ da consulta de documentação transcrita da chancelaria de D. João II, facilitada pelos índices elaborados por Manuela Mendonça,⁵ e ainda o Regimento Manuelino dos Espingardeiros,⁶ datado de 1518. A nível subsidiário recorreremos ainda ao *Livro de Apontamentos* de Álvaro Lopes de Chaves, o *Livro da Barca de Tânger* e as Cortes de Lisboa de 1498.⁷

4- METODOLOGIA

A metodologia usada para as fontes cronísticas consiste na análise do papel dos espingardeiros nos vários momentos bélicos. Assim, não é nosso objetivo analisar os conflitos na sua singularidade, uma vez que tal estudo não traria novidade, face a alguns dos trabalhos referidos anteriormente. Esta metodologia é, assim, fulcral no sentido de perceber se esta milícia conheceu um efetivo aumento de importância, ao longo do tempo.

Por seu lado, a metodologia para as fontes diplomáticas consistiu na organização, em base de dados, da informação recolhida das transcrições da Chancelaria de D. João II, relativas sobretudo a cartas de privilégio dadas a espingardeiros neste reinado. Parte significativa destas transcrições (cerca de 280) foi-nos fornecida pelo Doutor Pedro Pinto e corresponde a transcrições inéditas realizadas entre 1998 e 2000, no âmbito do projeto "Transcrição e Edição da Chancelaria de D. João II", coordenado pelo Professor Doutor Eduardo Borges Nunes, projeto esse que não chegou a ser concluído. Usando os índices da Chancelaria de D. João II de Manuela Mendonça, transcrevemos as 140 cartas de privilégio que restavam, através da consulta dos microfimes, na Torre do Tombo.⁸

¹ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II; e miscelânea*, (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1991).

² Damião de Góis, *Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel*, dir. J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes, (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926).

³ Quanto às fontes cronísticas é necessário referir que, nesta fase da investigação, faltava sobretudo a análise das crónicas de Gomes Eanes de Zurara relativas à presença portuguesa no Norte de África e essenciais para perceber o quotidiano das guarnições portuguesas e a presença de espingardeiros nesse cenário militar. Ver em Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira, (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915); Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, ed. Larry King, (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978).

⁴ Ver em, "Torre do Tombo – Chancelaria de D. Afonso V", <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3815943>. Disponível em 12/03/2018. Numa fase posterior da investigação, tivemos acesso aos Índices completos da Chancelaria de D. Afonso V, resultado de um projeto desenvolvido pelo Centro de Estudos Damião de Góis, sob a direção do Professor Humberto Baquero Moreno, sendo os seus resultados disponíveis através do projeto "Ophir – Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses".

⁵ Manuela Mendonça, *Chancelaria de D. João II: índices*, (Lisboa: Arquivos Nacionais. Torre do Tombo, 1994); algumas das transcrições encontram-se disponíveis em "Torre do Tombo – Chancelaria de D. João II", <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3840406>. Disponível a 12/03/2018.

⁶ Disponível em ANTT, Núcleo Antigo 16, f. 58v-60; microfilme 91. A transcrição deste Regimento, elaborada pela Doutora Ana Pereira Ferreira, veio a revelar que este Regimento apenas se refere aos espingardeiros de Lisboa e não a um conjunto de regulamentações válido para todo o reino, como inicialmente pensávamos.

⁷ Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, ed. Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, (Lisboa: INIC, 1984); BNL, códice nº 1782. *Livro da Barca de Tanger*, fls. 1v-3v; *Cortes Portuguesas: reinado de D. Manuel I*, org. João José Alves Dias, (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2001).

⁸ A consulta dos já referidos Índices da Chancelaria de D. Afonso V permitiram a criação de uma base de dados similar à criada para D. João II, ainda que não tenha sido possível transcrever as

5 – ESTRUTURA PROVISÓRIA DO TRABALHO FINAL

A nossa dissertação estrutura-se em três capítulos:

No primeiro capítulo procuraremos enquadrar o corpo dos espingardeiros, analisando a hoste régia portuguesa do século XV e início do século XVI, considerando as suas diversas componentes, proveniências e quantitativos numéricos. Analisaremos, assim, os contingentes provenientes da nobreza, das ordens militares, da guarda régia e das milícias concelhias, destacando neste último ponto os besteiros do conto, da câmara e de cavalo. Evidenciaremos os novos corpos militares, no século XV, nomeadamente, as companhias de ginetes e os bombardeiros.

Por seu lado, no segundo capítulo, avaliaremos a ação dos espingardeiros nos teatros de operações portuguesas do século XV e XVI. Focaremos a nossa atenção nas ações ofensivas e/ou defensivas, na combinação desta milícia com outros grupos militares, na sua hierarquia e organização nos cenários de guerra e ainda na sua influência no desfecho do conflito.

No terceiro capítulo, será nosso objetivo abordar as perspetivas sociais desta milícia tendo em consideração as informações recolhidas nas cartas de privilégio já referidas. Focaremos o local de origem geográfica dos espingardeiros, o grupo socioprofissional a que pertenciam, os privilégios de que dispunham e ainda a sua hierarquia interna. Neste capítulo, procuraremos ainda analisar a política régia ao longo do século XV face às milícias concelhias, nas quais se inserem os espingardeiros, procurando descortinar alterações e prioridades.

Um quarto capítulo pode ainda vir a desenhar-se e, caso tal aconteça, este terá por objetivo analisar o aparecimento e difusão dos espingardeiros no Norte de África e em Castela, comparando estas realidades com a portuguesa. Tal passaria pela análise da cronística muçulmana e castelhana.¹

6 – DADOS SEMITRATADOS, HIPÓTESES OU CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Os dados novos produzidos pela nossa investigação até ao momento foram divididos entre os que dizem respeito à esfera militar e os que concernem à esfera da estruturação interna do corpo.

De entre os múltiplos registos que concernem à esfera militar selecionámos os que já estudámos com maior profundidade, nomeadamente Tânger (1437), Alfarrobeira (1449) e Benacofú (1464).² As primeiras referências a espingardeiros provêm da crónica de D. Duarte, nomeadamente na malograda expedição a Tânger em 1437. Aqui, inferimos

41 cartas de privilégio a espingardeiros neste reinado por limitações temporais; circunscrevemos o esforço de transcrição a três dessas cartas, realizado pela Doutora Ana Pereira Ferreira, que consideramos representativas do tipo de privilégios dados pelo *Africano* a este corpo militar.

¹ A estrutura final da dissertação veio a revelar algumas alterações face ao plano original, onde elaborámos quatro capítulos ao invés de três. O primeiro não revela grandes alterações ao proposto aqui, sendo o seu propósito o de analisar a estrutura da hoste régia portuguesa. No segundo, fornecemos os principais dados da difusão da pirobalística no cenário europeu e em Portugal, dando também indicações quanto às características técnicas das armas de fogo portáteis usadas pelos espingardeiros; por recomendação do Doutor Miguel Gomes Martins acabámos por não analisar a cronística muçulmana e castelhana, aqui proposta, e por fazer apenas uma revisão bibliográfica geral da pirobalística neste espaço geográfico. Já o terceiro e o quarto capítulos correspondem, grosso modo, aos objetivos aqui propostos para o segundo e terceiro capítulos. Ver a estrutura da dissertação em Pedro Sebastião, “Os espingardeiros. Um novo corpo militar nos alvares da modernidade (1437-1495)”, (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, 2018), x-xi.

² Outros conflitos que contaram com a participação de espingardeiros, ao longo do século XV foram as tomadas de Alcácer-Ceguer (1458) e Arzila (1471), bem como os diferentes cercos e razias em que a guarnição desta última praça esteve envolvida, e ainda as campanhas de Toro (1476) e da Graciosa (1489).

duas referências na atuação desta milícia. A primeira deu-se durante uma oportuna sortida da guarnição de Tânger ao arraial português, aproveitando o facto de o principal corpo da hoste portuguesa se encontrar em confronto com o exército de socorro muçulmano. A guarnição acabou por recuar, pois não podiam “*elles já sofrer os mortos e feridos que, das armas e tiros de fogo, muytos dos seus se recebiam*”. É muito provável que os tiros de fogo se refiram aos espingardeiros, dado que a função das peças de artilharia, também presentes no contingente português, na primeira metade do século XV, é a de, sobretudo, destruir os panos muralhados. Além disso, no arraial português encontrava-se Álvaro de Brito, que mais tarde chefiou o corpo de espingardeiros do rei em Alfarrobeira.

Na última tentativa de o infante D. Henrique tomar a fortaleza de Tânger, encontrámos uma referência explícita a esta milícia – o cronista revela a construção de uma torre de cerco onde se deviam colocar “spingardeiros e beesteiros”; esta torre de cerco serviria sobretudo de base de tiro para estes combatentes, no sentido de possibilitarem o enfraquecimento de um setor defensivo da muralha.¹ O plano acabou por não se concretizar por não haver condições para a sua aproximação.²

Doze anos mais tarde, já em solo português, na Batalha de Alfarrobeira localizámos outra referência ao corpo de espingardeiros. O começo do conflito foi provocado pelas forças de elite da hoste régia; besteiros do rei, encobertos pela floresta, disparam em direção ao acampamento e matam alguns homens do infante e, além disso, “*Alvaro de Bryto Pestana, que tynha entam carrego dos espyngardeiros d’ElRey lhes mandou outros que de hum cabeça em que estavam tyrassem aos do Yfante*”.³ Este acontecimento acabou por precipitar a batalha e um assalto geral pouco ordenado ao palanque do infante D. Pedro. Retiramos algumas conclusões face à atuação deste corpo nestes conflitos:

- a) Nos dois confrontos os corpos de espingardeiros têm ação concertada com os besteiros - primeiro, envolvidos nas ações de cerco a Tânger, e em Alfarrobeira, no início das hostilidades às forças de infante.
- b) Os espingardeiros aparecem nos dois combates enquanto força individualizada, com distinção quer dos corpos de artilharia, quer dos besteiros. Ainda assim, deverão ser em número reduzido, pois não são referenciados no alardo geral em Tânger.
- c) Este corpo militar surgiu em Alfarrobeira com um comando próprio – Álvaro de Brito, o mesmo que participou na campanha de Tânger, e que era vedor-mor da artilharia desde 1444-1445.

Em 1464, na sequência da conquista de Alcácer-Ceguer em 1458, D. Afonso V regressou ao norte de África; depois de fracassar na tentativa de tomar Tânger, o rei ordenou uma razia na serra de Benacofú, contando com 800 cavaleiros, poucos peões e a presença do experiente capitão D. Duarte de Meneses. Temos notícia de que a vanguarda deste corpo era composta por “*espyngardeiros, beesteiros e jente de pé*” e que, na retaguarda, junto do rei, também se encontravam espingardeiros. Na sequência

¹ Pina, “Crónica de El-rei Dom Duarte”, c. XXVII e XXVIII, 148-152.

² Os registos cronísticos, principalmente os que dizem respeito a acontecimentos mais longínquos do tempo da escrita, podem ser erróneos quanto a informações respeitantes ao armamento, como nos foi referido pelo Doutor Miguel Gomes Martins. No decorrer da investigação pudemos encontrar um outro documento - os *Avisamentos Especiais* de D. Duarte ao *Navegador* relativos à expedição magrebina - que nos comprova a participação de espingardeiros na hoste portuguesa com destino a Tânger. Cf. João Martins da Silva Marques, ed., *Descobrimientos Portugueses* (Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988), 3.

³ Ver em Pina, “Crónica de El-rei Dom Afonso V”, c. CXXI, 422.

de um violento ataque muçulmano, o rei português acabou por se pôr em fuga, deixando a cobertura da sua retirada para D. Duarte de Meneses. Neste episódio concluímos que:

a) Os espingardeiros aparecem novamente em batalha, com ações concertadas com corpos de besteiros.

b) Grande parte do dispositivo português era composto por espingardeiros e besteiros. De facto, foram enviados espingardeiros e besteiros a Tetuão, para além da pouca gente a pé;¹ na retaguarda, com o rei, permaneceram também espingardeiros.

c) Por último, propomos que esta é a primeira referência a espingardeiros a cavalo.² A evolução da colobreta para a espingarda de mecha já permitia, em termos técnicos, o manuseamento desta arma a cavalo. A frase de Rui de Pina pode ser reveladora: o rei enviou a Tetuão “*espyngardeiros, beesteiros e jente de pé*”; o que pode indicar que os espingardeiros iriam a cavalo. Além disso, é necessário ter em conta que estas expedições eram compostas maioritariamente, ou exclusivamente, por cavalaria, o que pode reforçar esta ideia.³

Procurando agora abordar a organização interna da milícia, iremos focar-nos na distribuição geográfica e na origem social.⁴ A análise das cartas de privilégio no reinado de D. João II permite-nos estabelecer, com relativa segurança, os locais predominantes no recrutamento de espingardeiros. Ainda assim, é necessário ter em conta que não descobrimos ainda qualquer tipo de arrolamento de espingardeiros. Sem este tipo de documentação, não é possível ter conhecimento absoluto dos “contos”, ou seja, do número de espingardeiros fixado pela Coroa, a que determinados concelhos estariam sujeitos. A distribuição dos locais para onde se dirigem as cartas de privilégio permite-nos estabelecer a existência de, no mínimo, 64 locais de recrutamento, com especial concentração na comarca de Entre-Tejo-e-Guadiana, dos quais se destacam, Estremoz (31), Évora (30), Setúbal (30), Torres Novas (22), Palmela (19) e Sesimbra (11). No reino do Algarve, temos ainda os importantes centros de recrutamento de Faro (17) e Tavira (11). Na Estremadura, salientamos Santarém (38), Lisboa (31) e Leiria (17). Ainda assim, há notícia de alguns centros de recrutamento na comarca da Beira e em Entre-Douro-e-Minho, como Coimbra (11), Montemor-o-Novo (7), Porto (7) e Castelo Branco (6). Como é possível observar, os principais centros de recrutamento situam-se ou na orla do Tejo, ou a sul deste; de facto cerca de 70% dos espingardeiros detetados provém dessa localização geográfica (Quadro 1 em anexo).

Esta distribuição geográfica é semelhante à dos besteiros do conto, revelada no arrolamento de besteiros de 1421, disponível nas Ordenações Afonsinas, e analisado por Leandro Ferreira, que apresenta os principais centros de recrutamento exatamente na mesma área geográfica; ainda assim, é necessário referir que a realidade numérica dos

¹ Depois deste envio o rei fica com 400 cavaleiros ao seu lado, segundo Pina, “Crónica de El-rei Dom Afonso V”, c. 156, 515.

² Desde D. João I existia uma força de elite de 500 besteiros de cavalo. É também forte a possibilidade de alguns destes combatentes terem estado presentes neste teatro de operações.

³ Alterámos de forma substancial a proposta aqui apresentada. Ainda que seja razoável que os espingardeiros portugueses se pudessem deslocar para o campo de batalha a cavalo, não nos é garantido que estes combatessem desta forma. Existem, no entanto, referências posteriores de espingardeiros portugueses e castelhanos a combaterem a cavalo. Além disso, o cruzamento do relato de Rui de Pina, sobre a razia em Benacofú com o proposto por Zurara na *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, permite-nos modificar a perspetiva sobre o impacto dos espingardeiros neste conflito em particular; ver mais informações em Sebastião, *Os espingardeiros*, 91-94.

⁴ Este ponto era o que, no momento do X WEM, se encontrava numa fase de investigação mais incipiente. Na dissertação para além das considerações geográfico-sociais da milícia mereceram destaque o quadro de privilégios a que estes combatentes tinham direito, os deveres, as diferentes formas de recrutamento e ainda a sua cadeia de comando.

besteiros do conto é muito superior, dado que em 1421 estes estavam espalhados por 300 anadelarias e o seu contingente rondava os 5000 homens. De mencionar ainda que existia um número considerável de anadelarias na Beira e em Entre-Douro-e-Minho, ainda que não mobilizassem um número substancial de combatentes.¹

Nas cartas de privilégio temos ainda informações relativas ao grupo socioprofissional em que esta milícia era recrutada; ainda assim, é de referir que cerca de metade destas cartas não possui referência quanto ao ofício do espingardeiro. Nas que detêm esta referência identificamos, claramente, a predominância dos mesterais. Os tecelões (34), os carpinteiros (19), sapateiros (18), e pedreiros (14) eram os ofícios maioritários em que o recrutamento se fazia. Encontramos ainda notícia de barbeiros, ferreiros, alfaiates, tosadores, entre outros.

Acrescente-se que a preferência pelos mesterais na composição destas milícias era também comum aos besteiros:² de facto, o desempenho de um ofício técnico, que exigia o adestramento diário das mãos e o requerimento de determinadas competências técnicas, em conjunto com a possibilidade de ascensão social, poderiam ser as razões que motivavam o ingresso deste estrato socioprofissional numa atividade militar mais regular. Apesar disso, é de realçar a existência de 3 lavradores nas cartas de privilégio, cujo recrutamento para as fileiras de besteiros do conto era pouco incentivada pelo poder régio, sendo possível que a mesma disposição vigorasse para os espingardeiros.³

Em conclusão final, podemos estabelecer que os espingardeiros foram uma milícia cuja relevância aumentou, progressivamente, ao longo do século XV. Ainda que tenham um aparecimento precoce, a sua importância, nos cenários de guerra apenas se tornou fundamental a partir de 1470; a partir desta década, em que o príncipe D. João começou a ter um peso maior na governação do reino, surgem os primeiros registos diplomáticos de privilégios a este corpo, que, de seguida, aumentaram exponencialmente no seu reinado. A sua estrutura social denuncia uma implantação similar à dos besteiros na origem geográfica, social e nas cadeias de comando. Assim, mais do que a substituição de uma milícia por outra, a administração régia procurou, ao longo do século XV, convergir os contributos dos dois setores. As Cortes de Lisboa de 1498 marcaram aqui uma alteração crucial; ao passo que o recrutamento de espingardeiros é mantido, o dos besteiros é consideravelmente reduzido e a sua atuação é circunscrita ao Norte de África.

¹ Cf. Ferreira, *De homens comuns a força de elite*, 107 e 113.

² Cf. Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, 62-63; Ferreira, *De homens comuns a força de elite*, 145.

³ Cf. Ferreira, *De homens comuns a força de elite*, 58-59 e 70.

Anexos

Quadro 1			
Cartas de privilégio no reinado de D. João II			
Locais		Ofícios	
Santarém	38	Tecelão	34
Lisboa	31	Trabalhador	20
Estremoz	31	Carpinteiro	19
Évora	30	Sapateiro	18
Setúbal	30	Pedreiro	14
Torres Novas	22	Oleiro	7
Palmela	19	Alfaiate	7
Faro	17	Barbeiro	7
Leiria	17	Ourives	6
Coimbra	12	Ferreiro	6
Tavira	11	Correio	5
Sesimbra	11	Almocreve	5
Alcácer do Sal	10	Ataqueiro	5
Arraiolos	8	Coronheiro	4
Benavente	8	Cordoeiro	4
Sousel	7	Pescador	3
Alter do Chão	7	Lavrador	3
Montemor-o-Novo	7	Caldeireiro	3
Porto	7	Albardeiro	2
Évoramonte	6	Cardador	2
Castelo Branco	6	Tosador	2
Alcáçovas	5	Meirinho	2
Loulé	5	Outros ofícios	16
Beja	5		
Arruda dos Vinhos	4		
Vidigueira	3		
Portel	3		
Sarzedas	3		
Torre de Moncorvo	2		
Santiago do Cacém	2		
Vila Viçosa	2		
Rio Maior	2		
Tarouca	2		
Caria	2		
Vouzela	2		
Redondo	2		
Outros locais	28		
Não identificado	7	Não identificado	4
Sem referência	3	Sem referência	219
Total	417	Total	417



Fig. 1 – Colobreta exposta na Real Armeria, em Madrid.

Imagem e informação de: Luís Miguel Duarte, “A Marinha de guerra. A pólvora. O Norte de África”... 371.



Fig. 2 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O cerco a Arzila*, no centro e à direita. Representação de um defensor de Arzila armado com uma espingarda de mecha de cano longo.

Imagem e informação de: Paulo Alexandre Dias, *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471...225*.



Fig. 3 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d'*O assalto a Arzila*, canto inferior esquerdo. Representação de dois espingardeiros equipados com espingardas de mecha. O tubo em ferro tem um anel que aumenta a resistência da arma. Os soldados possuem, ainda, equipamento defensivo como as brigandines. De notar também a ausência do uso de manoplas, que previnem a criação de faíscas que detonem a arma antes do tempo.

Imagem e informação de: Paulo Alexandre Dias, *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471...233* e Inês Filipa Meira Araújo, *As tapeçarias de Pastrana uma iconografia de guerra...247 e 407*.